

SENHORES DAS CERCAS E DAS SECAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA CONCENTRAÇÃO DA TERRA E DA ÁGUA NO NORDESTE BRASILEIRO

José Ribeiro da Silva¹
Paulo de Jesus²

Resumo

O texto analisa, numa perspectiva histórica, a intencionalidade e as consequências das políticas direcionadas ao enfrentamento das secas no Nordeste brasileiro. A ineficiência das ações governamentais é revelada na seca enfrentada atualmente pelo Nordeste. Pois, enquanto a lavoura, os açudes e os barreiros secam, os animais agonizam e morrem de sede e fome o sertanejo mais uma vez fica submetido a dependência das ações emergenciais e paliativas. Limitado de políticas públicas estruturantes e preventivas, de infraestrutura hídrica, de tecnologias adaptadas e da posse das terras, estes ficam a mercê de suas próprias estratégias de sobrevivência que nem sempre são as mais adequadas.

Palavras-chave: Coronelismo no nordeste. Semiárido brasileiro. Historia das secas.

Abstract

The text examines, from a historical perspective, intentionality and consequences of policies aimed at coping with droughts in northeastern Brazil. The inefficiency of government actions is revealed in the drought currently facing the Northeast. For while plowing, the pits and ponds dry up, the animals agonizing and dying of thirst and hunger the backcountry is once again subjected to dependence on emergency actions and palliative. Limited public policies and structural preventive, water infrastructure, technologies adapted and ownership of land, they are at the mercy of their own survival strategies that are not always the most appropriate.

Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Servidor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) – Campus Satuba. Professor Temporário da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – Campus Arapiraca.

Doutor em Educação e Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Keywords: *Coronelismo in the northeast. Brazilian semiarid. History of drought.*

Introdução

Apesar da seca ser considerada um fenômeno natural que caracteriza a região Nordeste do Brasil, as consequências econômicas e sociais geradas pela falta de chuva estão presentes desde os primeiros registros humanos desse fenômeno no cotidiano da população. No momento em que o nordeste brasileiro passa pela sua 72ª grande seca nos últimos 512 anos percebe-se o quanto as políticas públicas e as ações governamentais foram e continuam sendo ineficientes, tornando a seca um problema que gera por um lado, calamidade, miséria e angústia, submetendo a população a uma situação de vulnerabilidade, enquanto que por outro lado, cria no cenário político, importantíssimo instrumento para garantia dos interesses dos coronéis, que se utilizam da fragilidade e do elevado grau de dependência da população para perpetuarem seus poderes em territórios delimitados na região e com o mérito do heroísmo na resolução imediatista dos problemas da seca.

Buscando na história explicações para a perpetuação dos problemas gerados pelas irregularidades de chuvas na região percebe-se que as políticas governamentais direcionadas ao enfrentamento da seca no Nordeste tiveram suas origens a partir do momento em que a existência das secas assim como suas consequências, passaram a fazer parte da preocupação dos colonizadores no período do Império. A partir daí foram implantadas uma série de departamentos e programas que terminaram por agravar ainda mais as desigualdades sociais, fortalecendo as oligarquias políticas e econômicas locais, assim como a preservação do latifúndio, aumentando a miséria e a migração em massa de sertanejos para contribuir, através da mão-de-obra, com o crescimento econômico principalmente dos estados da região Sudeste do Brasil. Este descaso e ineficiência intencional das políticas governamentais contribuíram para que a sociedade civil organizada passasse a discutir e protagonizar as estratégias de desenvolvimento da região, organizando-se em fóruns locais, estaduais e regionais de discussão e deliberação, no intuito de erradicar no Nordeste a cultura de miséria, fortalecendo a identidade e a cidadania em torno das potencialidades da região.

Nesse contexto, pretende-se com este estudo analisar numa perspectiva histórica, a intencionalidade e as consequências das políticas direcionadas ao enfrentamento das secas no Nordeste brasileiro. Para isso, buscou-se argumentos em autores clássicos assim como na literatura mais atualizada explicações utilizando-se dos seguintes eixos teóricos: o processo de colonização e a concentração da terra e

da água no Nordeste; as ações governamentais para o combate a seca; e, as estratégias da sociedade civil para convivência com a seca. Finalizando o estudo busca-se uma contextualização do debate em tela com os fatos atuais, ou seja, acompanhar como o processo histórico se expressa em um momento em que o Nordeste brasileiro enfrenta mais um importante momento de seca.

A colonização do Nordeste, o problema das secas e as origens da concentração da terra e da água

Até a primeira metade do século XVII algumas áreas secas de parte dos estados do Nordeste era de domínio dos povos indígenas e as ações de resistência desses personagens, a aspereza do ambiente junto com a falta de interesse econômico, foram os responsáveis pelas dificuldades da ocupação da região semiárida (ALVES DA SILVA, 2008).

Foi a partir desse período que se deu início o processo de colonização da região, ocorridos em três movimentos históricos. O primeiro que aponta a empresa açucareira como matriz de uma nova ordem social no Nordeste, ou seja, a economia pecuária no Agreste e no Sertão fornecia animais de transporte, de tração, de corte e lenha para as caldeiras. Essas indústrias mantinham nessas regiões, um subsistema para suas necessidades de abastecimento (FURTADO, 1985).

O segundo movimento de invasão deu-se a partir da exploração da calha dos Rios São Francisco e Parnaíba em busca de minerais preciosos. Nesse período, os indígenas vencidos pelos colonizadores evadiram-se para os sertões. “Esse movimento desempenhou importante papel na ocupação dos territórios do Sertão da Bahia, de Pernambuco e do Piauí, com ocupação de áreas de criação de gado” (ALVES DA SILVA, 2008, p. 34).

O terceiro movimento de invasão e de colonização foi decorrente da “fuga de colonizadores do Litoral para o Sertão durante o período de ocupação holandesa (1624 a 1654)” (ALVES DA SILVA, 2008, p.33). Processo que se consolidou apenas no final do século XVIII, com o extermínio dos povos indígenas.

A primeira atividade explorada economicamente na região foi a criação de gado que ocupou a região até a seca de 1777, quando grande parte do rebanho do semiárido foi dizimado pela seca. “E naquela época, se montava uma primeira manufatura no Nordeste semiárido: a manufatura do couro. O beneficiamento do

couro está associado à charqueada, que tinha como mercado os escravos da zona da mata” (SOUZA FILHO, 2006, p.50).

Com o surgimento das primeiras limitações em relação à manutenção das atividades pecuárias, a criação de gado passou a ser associada com a produção de algodão. Novamente, esse processo foi influenciado pelo clima, dessa vez pela estabilidade climática existente no período compreendido entre 1844 e 1877, as chuvas regulares, aumentaram significativamente a população animal. Por outro lado, a Guerra da Secessão Americana possibilitou acesso do algodão do semiárido ao mercado Europeu. Nesse momento, o solo guardava ainda suas propriedades de fertilização natural, elevando a produtividade do algodão. Este quadro permanece até a seca de 1877 que causou um grande flagelo na região (SOUZA FILHO, 2006).

Nesse cenário, as atividades pecuárias foram sustentadas sob o domínio dos grandes proprietários geralmente donos dos latifúndios, no entanto restava aos agricultores o cultivo do algodão e de outras atividades de sequeiro geralmente os cultivos de subsistência para alimentação e para a obtenção de renda. Considerando o cultivo do algodão a principal fonte de renda dos pequenos produtores, “[...] na ausência do produto, esses pequenos produtores são obrigados a levar ao mercado o reduzido excedente da agricultura alimentar tradicional de sequeiro (milho, feijão e mandioca)” (ARAÚJO, 1997, p.17).

Esse processo deixou milhares de sertanejos em situação de pobreza, indigência e miséria, que se tornaram cada vez mais vulneráveis nos períodos de estiagem e cada vez mais dependentes da estrutura fundiária, que se utilizava dessa fragilidade para tornar mais consistente seu poderio econômico e político.

As secas recorrentes conduziam à fome e ao êxodo em massa. A incidência da fome afeta principalmente as parcelas constituída pelos trabalhadores sem terra que de acordo com Ab’Sáber é “o principal segmento da força de trabalho dos sertões – identificado como a maior reserva de mão-de-obra braçal das Américas – cria uma aura de sobreviventes para todos os componentes de uma sociedade constituída de vaqueiros e camponeses” (AB’SABER, 1999, p.25).

Por outro lado, a tentativa de fugir dos impactos das grandes secas, as populações migraram para as áreas ribeirinhas ou de grandes vales, o que terminam por ser mais uma vez vítimas de outras tragédias naturais, dessa vez ocasionada pelas inundações.

Os mais afetados são integrantes das parcelas mais pobres da população, instalados em sítios inadequados nos arredores das cidades sertanejas, localizadas nos eixos dos grandes vales.[...] As populações mais carentes, à míngua de melhor local para viver, utilizam os espaços ribeirinhos, de alto risco e inadequados. É exatamente o caso dos espaços físicos e sociais que foram castigados pelos efeitos das inundações recentes dos baixos vales de rios nordestinos (AB'SABER, 1999, p.24).

O aumento populacional e a ausência de oportunidades de emprego ocasionaram a migração para outras regiões em busca de garantir a própria sobrevivência. Nesse sentido, “a grande região seca brasileira passou a ter o papel histórico de fornecer mão-de-obra barata para quase todas as outras regiões detentoras de algum potencial de emprego” (AB'SABER, 1999, p.26).

Os refugiados tinham a esperança de retornar aos seus lares após a seca, mais muitos permaneceram fora para sempre e em alguns casos, criando novos povoados ao longo dos rios. Em outros casos, as secas foram responsáveis pela emigração de nordestinos para regiões distantes do Brasil “[...] onde passaram a contribuir com a força de trabalho nas minas de Minas Gerais e no parque industrial de São Paulo e também foram instrumentais na abertura da extremidade oeste da bacia amazônica” (HASTENRATH e MOURA, 2006, p.78).

Para os que permanecem na região, dois problemas estão presentes o acesso a água e a terra. Este dilema está intimamente ligado a questão fundiária, pois os recursos hídricos da região (açudes e barragens) quase sempre estão dentro dos latifúndios e sobre o poder das oligarquias locais. Este fato é frequentemente denunciado pelos Movimentos Sociais Populares, mostrando a vulnerabilidade e a dependência dessas pessoas perante aos grupos dominantes.

Com o controle da terra por parte de um número reduzido de famílias, também a água tende a ser privatizada, cercada. Por isso, o acesso a ela, especialmente nos períodos em que as chuvas se tornam mais irregulares ou há estiagem, é fonte de relações de troca desiguais: pelo *favor da água* os proprietários cobram *fidelidade, lealdade, votos nas eleições*. A maioria da população, junto com a falta de oportunidades

econômicas, perde sua autonomia, sua liberdade (POLLETO, 2001, p.13).

Reforçando a ideia, Araújo (1997, p.19), disserta que “as velhas estruturas sócio-econômicas e políticas têm na base fundiária e no controle do acesso à água seus principais pilares de sustentação e de dominação (política e econômica)”.

A busca pelas áreas com maior disponibilidade de recursos hídricos naturais na região definiram ao longo do tempo as áreas povoadas do semiárido. O acesso ou a restrição aos sistemas de recursos hídricos determinam o nível de qualidade de vida da população. Para Souza Filho (2006) a existência de dois nordestes semiáridos, um que possui um hidrossistema onde a variabilidade climática é menor, possibilitando o desenvolvimento da agricultura irrigada, abastecimento e a implantação de indústrias possibilitando a geração de riquezas. Outro que não possui o hidrossistema, onde há vulnerabilidade das atividades agropecuárias predominantemente de sequeiro, podendo gerar epidemias de miséria.

Informações do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (PDSA) apontam como justificativas para a concentração das terras no semi-árido, a “baixa qualidade das terras agricultáveis, em virtude do relevo alterado, dos solos rasos e pedregosos e da reduzida capacidade de absorção de água” assim como a “influência do clima predominante, que responde pela ocorrência de chuvas esparsas e irregularmente distribuídas” o que acarreta na baixa produção de excedentes devido essa produção “flutua juntamente com o fenômeno da seca. Essa instabilidade, por sua vez, reflete sobre a estrutura fundiária, gerando o fenômeno da alta concentração de ativos no meio rural” (BRASIL, 2005, p.19).

Esse argumento parece tentar amenizar ou omitir as verdadeiras causas da questão da concentração de terras, um problema que pode ser considerado um dos mais importantes para a ocorrência da fome e da miséria na região. Apesar das questões naturais fazerem parte dos elementos que contribuíram para a formação dos latifúndios, outras causas também devem ser consideradas. Além disso, se forem responsabilizadas apenas as questões climáticas e geológicas como causa da má distribuição de terras, como justificar a concentração de terras na Zona da Mata onde as condições ambientais são mais favoráveis?

Nesse sentido, Andrade (1988), afirma que diante dos efeitos das secas, os agricultores com suas produções inviabilizadas terminam por vender suas terras a preços baixos para os latifundiários. Por outro lado, acrescentando outros critérios

que justificam a existência dos latifúndios Melo (1989) aponta a pecuária extensiva modernizada como outra ocorrência que agravou a questão fundiária no nordeste. Afirma ainda que a pecuária expulsou o policultivo alimentar e conseqüentemente o homem das propriedades.

Graziano da Silva (1989) acrescenta ao debate outra causa para a concentração de terras na região, segundo ele, a introdução da agricultura irrigada, como marco da modernidade no semiárido, não foi capaz de modernizar também a estrutura agrária, pelo contrário, agravou ainda mais a questão na região.

É importante destacar que boa parte da população da região semiárida teve e ainda tem suas vidas limitadas e dependentes dos latifúndios para a garantia de sua sobrevivência, esse argumento foi apresentado por Celso Furtado quando disse “A sociedade que emergiu na zona semi-árida, cujo povoamento deu-se com base na pecuária extensiva, tinha como traços característicos a dispersão espacial dos camponeses e a total dependência destes com respeito aos proprietários de terras”. (FRUTADO, 1999, p.22).

Apesar das limitações de acesso a terra e a água, os agricultores buscam formas diversas para garantir a sua sobrevivência. Mesmo mantendo sua produção nos anos de chuvas regulares, não conseguem constituir reservas para os anos de seca. Frente a essas limitações, em algumas áreas os agricultores buscam alternativas extremas para sua sobrevivência, buscando o cultivo de lavouras ilícitas como a maconha. Já em todo o território do Nordeste são os benefícios sociais principalmente a aposentadoria que garante a sobrevivência das famílias (ARAÚJO, 1997).

As ações governamentais para o combate da seca e a preservação da concentração do poder, da terra e da água no Nordeste Brasileiro

As primeiras intervenções do governo para os períodos de seca só surgiram a partir da segunda metade do século XIX, quando os longos períodos de estiagem ocasionavam a dizimação dos rebanhos, comprometendo o desenvolvimento da produção agropecuária. “Cada uma das grandes secas que ocorreu nos séculos XVIII e XIX foi desastrosa para a economia pecuária, desestabilizando a emergente indústria de charque” (ALVES DA SILVA, 2008, p.38).

A partir da grande seca de 1845 que deixou profundas marcas na economia nordestina, essas ações surgem pela influência dos primeiros documentos oficiais sobre o assunto contribuindo para que o Governo Imperial tomasse a decisão de intervir na área das secas. Para isso, foi criada em 1856 uma Comissão Científica para estudar a realidade do Nordeste e propor soluções para o enfrentamento da seca. Os estudos realizados por esta Comissão sugeriam a execução de obras que pudessem solucionar o problema das secas (ALVES, 1982).

O imediatismo assistencialista marcou as ações governamentais na tentativa de enfrentamento da seca. Na seca ocorrida no período de 1877 a 1879, por exemplo, onde morreram mais de um milhão de sertanejos, o imperador Pedro II chegou a oferecer a própria coroa para acabar com a seca na região. “Esse gesto caritativo é emblemático da postura que o governo adotou no socorro circunstancial às vítimas das secas, a serviço da reprodução do sistema algodoeiro-pecuário e do poder de seus coronéis.” Já na seca de 1898 a 1900, “o governo chegou a estabelecer um serviço gratuito de transporte para os retirantes que desejassem se deslocar para as lavouras de café no Centro-Sul e para a Amazônia, a fim de trabalhar nos seringais” (ALVES DA SILVA, 2008, p.43).

Só a partir de 1909, com a criação da Inspetoria de Obras Contra a Seca (Iocs) é que o combate a seca passa a ser institucionalizado. A criação dessa instituição marca o início de um conjunto de ações direcionadas ao combate aos efeitos da seca.

O Iocs foi responsável pela realização dos primeiros e mais importantes estudos sobre o Nordeste, em 1909. Dez anos depois transformou-se em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em janeiro de 1945, passou à condição de autarquia sob o nome de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) (BRASIL, 2005).

As ações desenvolvidas em todo esse processo de consolidação institucional, foram pautadas na implantação de obras de infra-estrutura hídrica, de ações emergenciais e de implantação de rodovias, ferrovias e hidrovias.

Ao analisar a atuação dessa institucionalização, Oliveira (1981) avalia que com os estudos físicos e geográficos foi possível perceber os avanços na descoberta das limitações e potencialidades da região. Porém por outro lado, estes estudos realizados sem considerar a estrutura socioeconômica fizeram com que as questões sociais e econômicas não lograssem êxito comparativamente as obras de infra-estrutura.

A forma de atuação do Denocs tornou-se alvo de sérias críticas, principalmente as que dizem respeito às limitações técnicas nas ações

governamentais no combate a seca. A respeito disso, Alves da Silva (2008) aponta alguns argumentos para essa crítica. Dentre eles destaca a ineficiência e dispendiosidade da açudagem devido à elevada evapotranspiração da região; o rompimento dos açudes nas épocas de grandes cheias devido à fragilidade das estruturas físicas, o que impossibilitava o acúmulo de água para as épocas de seca; a localização dos grandes açudes que não foram concebidos com a finalidade de melhorar a produção agrícola, sendo construídos distante das várzeas irrigáveis, atendendo número limitado de famílias; e, as áreas irrigadas permaneciam sob o domínio dos grandes proprietários, que priorizavam a utilização para manter suas atividades agropecuárias.

Foi justamente nessa época, em meados do século XX, que os debates sobre desenvolvimento regional deram um novo rumo as políticas de desenvolvimento no nordeste, estas políticas assumem nesse momento a missão de promover o equilíbrio econômico Inter-regional, o que determinou o direcionamento das ações. De acordo com Alves da Silva, os processos de desenvolvimento principalmente entre as regiões Nordeste e Centro-Sul desfrutavam de processos desiguais em relação as demais regiões brasileiras.

De um lado, assistia-se ao crescimento econômico no Centro-Sul do país, com base no dinamismo industrial e, do outro, a lentidão e o atraso na economia regional nordestina, refletindo a estagnação da agroindústria açucareira e do complexo algodoeiro-pecuário [...] (ALVES DA SILVA, 2008, p.50).

Para Rocha e Bursztyn (2008) a intervenção do poder central, numa estratégia de desenvolvimento regional, teve início efetivo no Nordeste com a fundação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952. Nesse sentido, “o BNB foi criado a partir de uma constatação de que o Semiárido carecia de organizações capazes de estruturar sua economia, gerando uma mentalidade empresarial moderna” (ALVES DA SILVA, 2008, p.52).

Em 1950 foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), concebida por Celso Furtado que considerava que os problemas do Semiárido Nordestino seriam, efetivamente, solucionados mediante a reorganização de sua economia. Para isso, era preciso aumentar a produtividade das atividades agropecuárias ali praticadas ou a serem introduzidas, investindo em

projetos de irrigação, liberando dessa forma mão de obra rural para os setores não-agrícolas (BRASIL, 2005).

A criação do GTDN surge como resposta do governo federal às pressões constantes da emergência de novos atores da região no cenário político nacional, assim como dos movimentos sociais (ligas camponesas e sindicatos rurais e urbanos), mobilizados pela Igreja Católica. Estes atores buscavam um novo tratamento para com a região e as pessoas que nela habitavam (ALVES DA SILVA, 2008).

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959, assume as estratégias idealizadas pelo GTDN, principalmente no que diz respeito aos seus Planos Diretores. As ações da Sudene centraram-se no aumento da produtividade agropecuária com base principalmente na bovinocultura e no cultivo de algodão, e em iniciativas destinadas a também aumentar a resistência econômica das explorações no Semiárido, aproveitando as águas dos açudes públicos para programas de irrigação (BRASIL, 2005).

A implantação da Sudene como organização executora das estratégias elaboradas pelo GTDN tinha como pretensão atuar “no sentido de ‘modernizar’ a região e integrá-la à economia nacional, usando como principal estratégia à atração de indústrias. Os resultados foram distintos nos diversos estados da região” (ROCHA e BURSZTYN, 2008, p.269). Estes autores apontam indícios de que havia uma intenção de se compensar o fracasso das atividades agrícolas na região através da introdução de indústrias.

A industrialização significava desenvolvimento; uma alternativa de redução das desigualdades regionais, por meio da criação de empregos e ampliação do mercado consumidor – já que a agricultura na região era inviabilizada pela seca e pela concentração de terras. Assim, a indústria aparecia como elemento de dinamização econômica regional (ROCHA e BURSZTYN, 2008)

Os objetivos da Sudene foram ao longo do tempo sendo desvirtuados, fugindo do que havia sido propósito do GTDN. A superintendência passou a fortalecer e apoiar as oligarquias agrárias enquanto mantinha parcerias internacionais como precaução ao avanço dos movimentos comunistas.

Os desvios ocorridos na Sudene em relação às propostas do GTDN também se repetiram no Semi-Árido, com a opção da Sudene pela modernização do setor agropecuário, mantendo privilégios das oligarquias agrárias nas ações de combate à seca e priorizando os programas assistenciais com ajuda internacional, como a “Aliança para o Progresso”, criada pelos Estados Unidos da América como uma tentativa de evitar os supostos avanços comunistas na América Latina. Além das políticas assistenciais e da continuidade das ações hídricas de represamento de água, os incentivos fiscais foram utilizados também para o fortalecimento da estrutura agrária do Semi-Árido, com a modernização das atividades pecuárias e a implantação das áreas de irrigação (ALVES DA SILVA, 2008, p.56)

A partir da década de 70, as ações desenvolvidas pela Sudene tomaram novos rumos, isso a partir da criação de Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, a exemplo do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste); do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo); e do Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (PDAN). “Vale destacar que esses programas foram concebidos muito mais na perspectiva centralizadora do governo federal, em relação ao desenvolvimento do Nordeste, do que como resultado de decisões emanadas da própria Região” (BRASIL, 2005, p.24).

A Sociedade Civil e a proposta para a convivência com o Semiárido

As características ambientais do semiárido, assim como seu povoamento e os processos sociais, econômicos e políticos ocorridos ao longo da história, foram marcantes para a consolidação de uma cultura de miséria, dependência e de sofrimento, fato que só nos últimos vinte anos vem passando por profundas reflexões pautadas pelos movimentos sociais populares que terminam influenciando a implantação de projetos alternativos e políticas públicas que assumem a perspectiva de uma convivência sustentável de homens e mulheres nesse ambiente.

Foram raros os debates que priorizassem soluções novas, perspectivas diferentes que, partissem da realidade e da vida da população que se encaminhassem

para a construção de uma convivência com o semiárido e não para o costumeiro e pouco efetivo combate a seca (JALFIM e BAPTISTA, 2003).

Nessa perspectiva, a atuação da população nos processos de participação na elaboração das estratégias torna-se de fundamental importância. Em poucas, ou nenhuma das ações governamentais para o desenvolvimento da região considerou-se a sabedoria popular, suas experiências, suas tradições, no tocante da convivência foram consideradas. No entanto, essa nova abordagem considera os homens e mulheres como protagonistas do processo de desenvolvimento, em diálogo com os órgãos governamentais ou não governamentais no processo de elaboração, execução e avaliação dessas iniciativas. Ab'Sáber reforça essa ideia quando afirma:

O homem do sertão tem particular intuição para as forças telúricas. Os sinais longínquos das trovoadas, que anunciam chuvas. A chegada da estação das águas, chamada *inverno*. O rebrotar da folhagem em todas as caatingas. O retorno das águas correntes dos rios, ao ensejo das primeiras chuvas. O conhecimento das potencialidades produtivas de cada pequeno espaço dos sertões, desde as vazantes do leito dos rios até os altos secos e pedregosos das colinas sertanejas (AB'SÁBER, 1999, p.26).

Os primeiros debates surgidos a respeito da substituição das ações de combate pelas ações de convivência com a seca foi introduzido a partir das décadas de 70 e 80 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Esta organização, constituída por agricultores, defendia a busca de oportunidades para o desenvolvimento nas próprias potencialidades da região, sugerindo a utilização de tecnologias criadas ou adaptadas e propondo a formulação de um programa amplo e abrangente de convivência com o semiárido (BRASIL, 2005).

Nesse mesmo período, além da Contag, várias outras organizações assim como movimentos sociais e religiosos, também passaram a atuar na perspectiva da convivência com o Semiárido. Estas organizações apostavam na potencialidade natural, econômica, humana e cultural, fortalecendo a identidade e o protagonismo de crianças, jovens, homens e mulheres para a criação e execução de estratégias de luta por uma vida digna, com a garantia do direito não só a água, terra e alimento, como também aos seus direitos como cidadão. Essas ações, apesar de pontuais e pulverizadas em todo o semiárido, passaram a criar, adaptar e disseminar junto aos

seus públicos e as comunidades em que estavam inseridos, tecnologias de convivência com a seca. Estas tecnologias contemplavam desde formas eficiente de captação de água das chuvas, até a produção e criação de meios de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar e do extrativismo sustentável da caatinga.

Só no final da última década do século passado, em evento paralelo a terceira sessão da Conferência das partes das Nações Unidas da Convenção de Combate a Desertificação (COP-3), ocorrida no Centro de Convenções de Pernambuco em novembro de 1999, essas diversas organizações, representando a sociedade civil se juntaram em protesto aos caminhos equivocados tomados pela COP-3, e a invisibilidade das ocorrências dos problemas das secas que atingiam o Semiárido brasileiro naquele mesmo momento (ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO, 1999).

Este momento foi de fundamental importância para que fosse consolidada, em fevereiro de 2000 a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) como um Fórum de Organizações da Sociedade Civil e que vem lutando pelo desenvolvimento do Semiárido.

O surgimento da ASA foi um divisor de águas nos debates sobre a desenvolvimento do Semiárido. Sua presença, como representação de várias comunidades rurais que vivem no sertão, mostra para a região, para o Brasil e para o mundo uma outra perspectiva, a perspectiva da convivência digna de homens e mulheres com a semiaridez, ao tempo em que deixa de lado a cultura da pobreza, da miséria e da dependência das oligarquias políticas e econômicas regional.

Seu projeto político tende a mobilizar o Estado brasileiro no sentido de implementação de políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento sustentável do Semiárido e deve ser concebido pelos diversos sujeitos que se comprometem com as transformações sociais e econômicas que garantam a dignidade da população sertaneja. Para que haja desenvolvimento, as estruturas geradoras das desigualdades devem ser superadas, como é o caso da “[...] concentração de terras, da água, do poder e do acesso aos serviços sociais básicos” (ALVES DA SILVA, 2008, p.219).

Nesse sentido, a ASA (1999) constrói seus programas a partir de duas premissas. A primeira defende a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido e a segunda defende a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

A partir dessa perspectiva, a ASA passa a mobilizar a sociedade, principalmente a sertaneja em torno de projetos alternativos, de baixo custo e de simples implantação possibilitando o protagonismo dos beneficiários na construção da cidadania e das transformações sociais. Um exemplo foi o Programa de Mobilização Social para construção de Um Milhão de Cisternas (P1MC). Esse programa teve boa receptividade pela população e terminou por influenciar o poder público nos vários estados a apoiarem a iniciativa.

Estes argumentos são também utilizados por Ab'Sáber (1999, p.27), quando destaca que, qualquer que sejam as iniciativas a serem adotadas atualmente no sentido de melhorar as condições de vida no sertão, deve acima de tudo “conquistar a confiança da brava gente do sertão” e proporcionar uma “[...] injeção mais direta de recursos, sob a força de boas idéias e de propostas de uma economicidade mais garantida, sem apelo aos faraonismos residuais ou às tecnologias de emprego pontual e problemático” (AB’SÁBER, 1999, p.27).

Considerações finais: a herança das políticas públicas emergenciais de combate a seca

O fenômeno das secas foi ao longo do tempo relacionado a um cenário de escassez e miséria, apesar de seus efeitos afetarem diretamente toda a população da região, são as camadas sociais excluídas as mais afetadas. De acordo com Neves (2006, p.136), “a perspectiva de chuvas funciona no imaginário coletivo como um termômetro da tragédia e das agitações sociais, gerando uma expectativa lancinante e dolorosa para todos, por que é a própria estrutura última de organização da sociedade que estes eventos se remetem”.

Foi construído no imaginário da população a ideia de uma região árida, não semiárida. É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem secas e as estiagens durassem anos”. Outras imagens que ficaram marcadas foram a dos migrantes, das crianças raquíticas, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da asa branca presentes nas músicas de Luiz Gonzaga, nas pinturas de Portinari, na literatura de Graciliano Ramos e na poesia de João Cabral de Melo Neto. Este ponto de vista é real e ao mesmo tempo ideológico que na maioria das vezes serve para atribuir a natureza problemas político, social e cultural historicamente consolidados (MALVEZI, 2007, p.11)

Estas imagens historicamente, e talvez, intencionalmente construídas, descartam a possibilidade de existência de qualquer potencial, seja ele humano, natural ou cultural que possa ser considerado, possibilitando a busca equivocada de ideias e estratégias externas para o desenvolvimento da região.

Análises feitas dos programas governamentais ocorridos a partir da década de 70, revelaram que a postura política adotada pelo Estado brasileiro tem contribuído para o fortalecimento das antigas estruturas socioeconômicas e políticas regionais pela modernização da grande propriedade agrícola. Este fato amplia o caráter autoritário do governo a partir dos novos instrumentos de intervenção programada (crédito, assistência técnica e infraestrutura); e, o resgate por parte dos grandes proprietários rurais em seu próprio proveito, de ações do estado que tinham como prioridade os pequenos produtores (BURSZTYN, 1984).

Nesse sentido, parece ser possível afirmar que as iniciativas governamentais, na tentativa de amenizar ou até mesmo combater a seca e seus efeitos, foi marcado por diversos problemas técnicos. Se por um lado aumentou os índices econômicos da região, promovido principalmente pela crescente presença das indústrias e da introdução dos polos de agricultura irrigada nos Vales dos Rios São Francisco e Parnaíba. Por outro lado, não resolveu os problemas sociais existentes na região, além de ter contribuído para o fortalecimento das oligarquias regionais.

No presente momento, o Nordeste brasileiro enfrenta mais uma grande seca. Da mesma forma que a seca caracteriza-se por ciclos de fenômenos naturais que culminam com longos períodos de estiagens a história do dilema humano também se repete. A lavoura, os açudes e os barreiros secam, os animais agonizam e morrem de sede e fome e o sertanejo mais uma vez fica submetido a dependência das ações emergenciais e paliativas como a bolsa estiagem, carros pipas, garantia safra dentre outros. Limitado de políticas públicas estruturantes e preventivas, de infraestrutura hídrica, de tecnologias adaptadas e da posse das terras, os agricultores, principal contingente atingido pelos efeitos da secas, são obrigados a se desfazerem de seus patrimônios, pois é a sua própria sobrevivência e de seus familiares que está em jogo.

O momento é oportuno para a manifestação de ideias e ações milagrosas e politiqueras vindas dos governantes e principalmente de várias lideranças políticas que pretendem recarregar seus discursos na busca da garantia da perpetuação de suas oligarquias a partir da miséria do povo sertanejo. Diante disso, cabem as seguintes reflexões: até que ponto as ações emergenciais para diminuição dos efeitos da seca

trazem autonomia e segurança para o povo sertanejo e os prepara para uma permanência digna e sustentável na região? O que a história nos mostra sobre as grandes obras destinadas ao combate aos efeitos da seca e que perspectivas, benefícios e malefícios estas obras trarão pra região?

Contudo, este estudo não teve a proposição de esgotar o tema a respeito do desenvolvimento do Nordeste e as ações de enfrentamento aos efeitos da seca e sim levantar parte dos argumentos históricos que explicam as verdadeiras causas do fracasso e da incapacidade técnica das políticas públicas direcionadas a solução dos problemas do nordeste semiárido.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol.13, n.36, p.5-59, 1999.

ALVES, Joaquim. **História das secas**: séculos XVII a XIX. 2 ed. Mossoró: ESAM, 1982. (Coleção Mossoroense, v.225).

ALVES DA SILVA, Roberto Marinho. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008, 275p.

ANDRADE, Manoel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo, Atlas, 1988.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n. 29, p. 7-36, abr. 1997.

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO. **Declaração do Semi-Árido Brasileiro**. Recife, 1999. Disponível em: < <http://www.asabrasil.org.br/>> acesso em: 23 de janeiro de 2011.

BRASIL; Grupo de Trabalho Interministerial de Programas Regionais. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. 134p. (Versão para Discussão).

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984, 178 p.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 232 p.

FURTADO, Celso. **Seca e poder**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 94p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. Campinas: UNICAMP ; Instituto de Economia ; Programa Nacio, 1989. 131p.

HASTENRATH, Stefan; MOURA, Antônio Divino. Explorando os problemas climáticos do Nordeste do Brasil. In: SOUZA FILHO, Francisco de Assis de; e MOURA, Antônio Divino. **Memórias do seminário natureza e sociedade nos semi-áridos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Fundação Ceraense de Meteorologia e Recursos Hídricos, 2006. p. 77-90.

JALFIM, Felipe Tenório; BAPTISTA, Naidison. Uma Saída para Seca. **Caderno Le Monde Diplomatique**. São Paulo: Instituto Abipuru S/C. vol.1. n.3, 2003, p. 46-49.

MADEIRO, Carlos. **Nordeste ainda luta por políticas de convivência com o sertão e vê erros históricos**. *Extraído da reportagem da UOL Notícias publicada em 24/05/2012. disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias>> acesso em 25 de novembro de 2012.*

MALVEZZI, Roberto. **Semi-Árido: uma visão Holística**. Brasília: Confea, 2007. 140p.

MELO, Mário Lacerda de. Os Agrestes. In: **Série Estudos Regionais** n. 3. Recife, Sudene, 1989.

NEVES, Frederico de Castro. A ideologia de uma natureza perversa: seca, trabalho e conflito social. In: SOUZA FILHO, Francisco de Assis de; MOURA, Antônio Divino (org.). **Memórias do Seminário Natureza e Sociedade nos Semi-Áridos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, 2006, p. 135-146.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classe**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 138p.

POLETTI, Ivo. Da indústria da Seca para a Convivência com o Semi-Árido brasileiro. In: Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra. **Água de Chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 9-24.

ROCHA, Juliana Dalboni; BURSZTYN, Marcel. Políticas públicas territoriais e sustentabilidade no semi-árido brasileiro: a busca do desenvolvimento via arranjos produtivos locais. **Revista Ciência e Administração**. Fortaleza, v.12, n. 2, p. 263-278, dez. 2008.

SOUZA FILHO, Francisco de Assis de. Natureza e desenvolvimento nos semi-áridos. In: SOUZA FILHO, Francisco de Assis de; e MOURA, Antônio Divino. **Memórias do seminário natureza e sociedade nos semi-áridos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Fundação Ceraense de Meteorologia e Recursos Hídricos, 2006. p. 41-58.